

Políticas Públicas
contra o
Racismo

**PASSO A PASSO: DEFESA, MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



Contato



Av. Presidente Vargas, 482/sala 203
Centro • Rio de Janeiro • Brasil
Telfax • 21.2518-6194 • 21.2518-7964
criola@criola.org.br • www.criola.org.br

Expediente

Pesquisa e redação • Jurema Werneck
Projeto Gráfico • Luciana Costa Leite
Apoio • Fundação Heinrich Boll

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Tiragem • 3.000 exemplares

Nota • usamos o símbolo @
para o feminino e o masculino,
quando falamos dos dois sexos.
Exemplo: negr@s - significa
negras e negros.

Rio de Janeiro, junho de 2010.

Apresentação

Um dos principais desafios enfrentados pelas organizações negras e de mulheres negras ao longo dos últimos anos tem sido a garantia de implementação e de sustentabilidade de políticas públicas capazes de realizar as conquistas sociais das últimas décadas, em particular os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/CMR. Esta situação, ao lado das políticas sociais implantadas ou aprimoradas no período requisitou – e ainda requisita – de ativistas, em particular afrodescendentes e, entre estes, as mulheres negras, aprofundamento continuado em sua qualificação e capacidade de intervenção. Esta qualificação deve estar voltada para atuação consistente e para o desenvolvimento de mecanismos permanentes de negociação, monitoramento e avaliação.

Para responder a este desafio, CRIOLA atua em duas vertentes principais:

- **atuação direta na formulação de estratégias e no desenvolvimento de ações de advocacy em políticas públicas, em especial aquelas de interesse das mulheres negras. Fazem parte deste conjunto as políticas de saúde; de equidade (promoção da igualdade racial e políticas para as mulheres); de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; das violências; da intolerância religiosa e promoção de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.**
- **assessoramento, capacitação e fornecimento de informações acerca de conteúdos e mecanismos de advocacy para ativistas de diferentes áreas, organizações da sociedade civil, profissionais e gestores em nível local, regional e nacional.**

Tal experiência desenvolvida desde 1992, contribuiu para o fomento da participação negra, em especial de mulheres negras, em diferentes instâncias de monitoramento e avaliação das políticas públicas. O que é especialmente verdadeiro no caso de Criola que, a partir do ano 2000 tem ocupado espaços diversos de interlocução tanto com a sociedade civil quanto com o Estado e seus poderes executivo, legislativo e judiciário. São exemplos desta ampliação a presença de Criola nas seguintes instâncias do período 2008-2010:

De saúde

- Conselho Nacional de Saúde. O que inclui a coordenação da Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra e a participação na Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher.
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra, vinculado ao Ministério da Saúde.
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.
- Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.
- Conselho Distrital de Saúde do Centro do Rio de Janeiro.

De políticas para as mulheres

- Grupo consultivo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para a implementação do Eixo 9 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia).

De promoção da igualdade racial

- Grupo de Trabalho em Saúde da População Negra, de assessoramento à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

De enfrentamento da lesbofobia

- Câmara Técnica para a elaboração do Programa Estadual de Combate a Homofobia e Promoção da Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais criada pelo governo do estado do Rio de Janeiro e vinculada a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com auxílio da sua Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.

De articulação da sociedade civil: apoio e participação

- Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB.
- Fórum Estadual de Saúde da População Negra do Rio de Janeiro.
- Rede Iyá Agbá contra a Violência contra as Mulheres Negras.
- Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra.
- Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde.
- Observatório da Cidadania/Social Watch.
- Diálogos contra o Racismo.

Ao mesmo tempo, esta participação tem determinado uma crescente demanda por informações e capacitações, diante da necessidade de novas instâncias de atuação tanto para Criola quanto para demais ativistas e organizações.

Para responder a esta demanda e compartilhar o conhecimento adquirido, apresentamos a você a coleção **Passo a passo: defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas**.

Composta de três volumes, a coleção pretende contribuir para a melhoria da qualidade do ativismo desenvolvido por mulheres e homens negros e suas organizações, para o aprofundamento das ações de advocacy de políticas públicas e para o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia.

Esperamos que este material possa ser útil a seu trabalho.

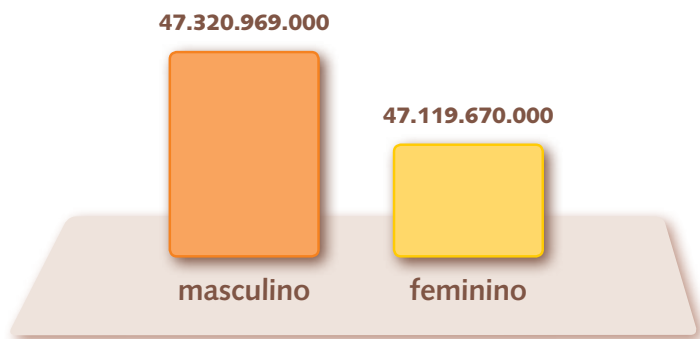


Quant@s somos?

Segundo estimativas do IBGE para 2010, o Brasil tem aproximadamente 100 milhões de habitantes negros, que equivale a 51% da população total do país. Se toda esta população formasse um país, ele ocuparia a décima segunda posição entre os países mais populosos do mundo¹, algo próximo da população de países como Filipinas e México.

No gráfico seguir você poderá conhecer a proporção de homens e mulheres na população negra:

População negra segundo sexo, Brasil, 2007



Fonte: LAESER-UFRJ, utilizando dados da PNAD 2007.

Se compararmos cada um destes grupos populacionais com países do mundo, veremos que tanto a população de homens negros quanto a de mulheres negras seria equivalente, cada grupo, ao tamanho da população de países como a Coreia do Sul ou a Espanha.

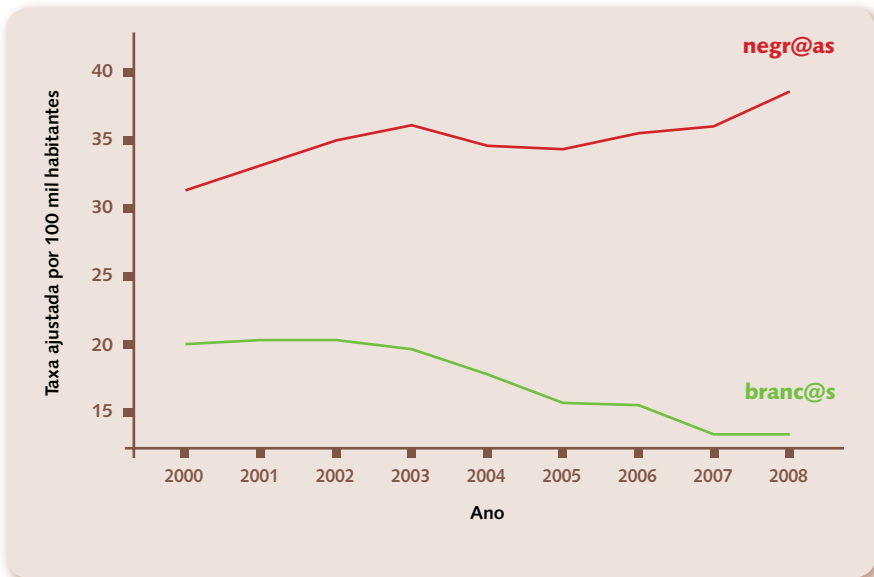
Como vivemos?

De acordo com diferentes fontes de dados, a população negra experimenta piores condições de vida, quando comparada à população branca brasileira. Maiores taxas de desemprego; menores taxas de escolaridade; maioria entre os pobres e indigentes; piores condições de saúde, com maiores taxas

1 O Brasil, com sua população total de pouco mais de 190 milhões de pessoas em 2010 ocupa a quinta posição.

de adoecimento e morte por causas evitáveis; e outras situações dramáticas. Elas retratam o impacto do racismo e das desigualdades raciais entre nós. Um dos exemplos mais contundentes refere-se aos dados de morte por homicídio no Brasil, que demonstraremos nos gráficos a seguir:

Taxa ajustada de homicídios (100 mil hab.) na população negra e branca, Brasil, 2000 a 2008



Fonte: Ministério da Saúde, SIM/SVS, 2010.

Para entender o gráfico

■ O título ● informa que o gráfico irá representar a evolução proporcional de mortes por homicídios no Brasil entre os anos 2000 e 2008, separando os dados segundo a raça/cor das pessoas que morreram, mulheres e homens branc@s (não incluindo dados sobre indígenas e amarel@s).

2 No gráfico, utiliza-se o cálculo da taxa: ou seja, calcula-se o número de pessoas mortas em cada grupo de 100 mil habitantes. Isto faz com que se possam comparar os dois grupos de modo, uma vez que o tamanho da população total foi dividido em conjuntos de 100 mil, ficando os dois conjuntos (de negr@s e de branc@s) com tamanhos iguais.

■ **O desenho do gráfico** • a linha (eixo) vertical possui marcas que informam a taxa, ou seja, o número de pessoas assassinadas em 100 mil habitantes. Partindo do valor de 15 mort@s por 100 mil habitantes, a taxa (cada ponto) aumenta de baixo para cima, até o valor de 40 mort@s por 100 mil habitantes. A linha horizontal marca cada ano, a partir de 2000, da esquerda para a direita.

- A legenda ao lado assinala como se traçará a evolução das taxas ao longo dos anos, quais as cores escolhidas para marcar a população negra e branca.
- Os dados calculados vão ser representados em pontos na área do gráfico. E, ao se ligar os pontos, se tem o traçado da evolução das mortes.

■ **Os resultados no gráfico** • cada traço colorido, visto da esquerda para a direita na área do gráfico, informa que:

- O traçado da população negra começa num patamar mais alto que o da população branca.
- O traçado da população branca, visto da esquerda para a direita, ou seja, do ano 2000 a 2008, aponta uma redução paulatina da morte por homicídio neste população.
- O traçado da população negra demonstra o contrário: que entre os anos 2000 e 2008 aumentou a taxa de assassinato de pessoas negras no Brasil.
- Os dois traços demonstram que, no ano de 2003, aconteceu algo que alterou o ritmo de evolução das taxas de homicídios nos dois grupos. No caso da população branca, este ano marca uma maior aceleração da redução de homicídios nesse grupo. Já entre negr@s, esta redução foi temporária, havendo retorno aos patamares anteriores e, ainda, aumento dos homicídios.

■ **A fonte** • informa de onde vieram as informações apresentadas. Neste caso, os dados têm origem no Ministério da Saúde/MS, de sua Secretaria de Vigilância em Saúde/SVS, com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade/SIM. Estes dados foram disponibilizados no ano de 2010.

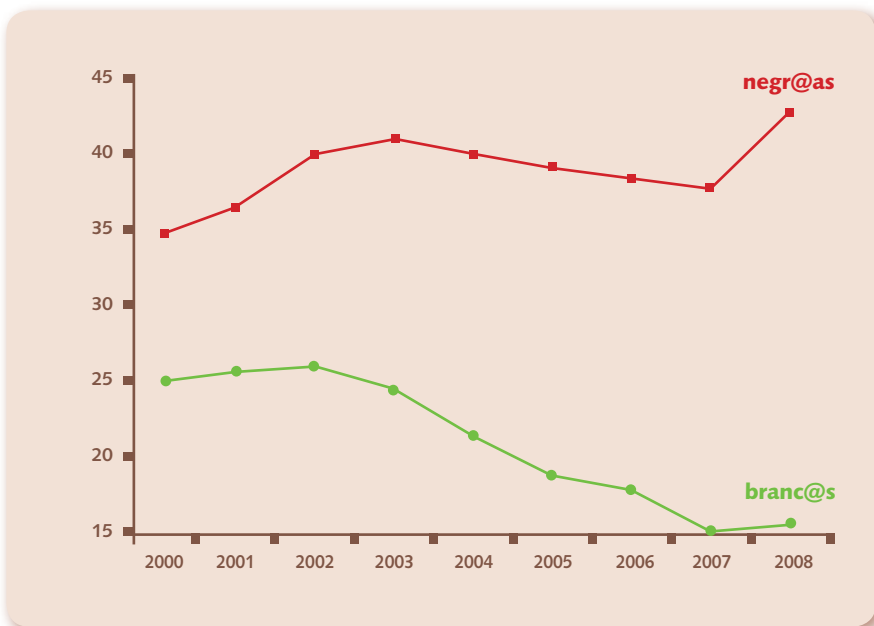
O gráfico acima permite assinalar a face cruel do racismo no Brasil, que torna negros e negras mais vulneráveis às violências e à morte por assassinato. Outro aspecto a ser destacado no gráfico é que o ano de 2003 marca alterações na progressão das taxas de homicídios tanto para branc@s quanto para negr@s: a linha referente a branc@s sofre uma inflexão que indica aceleração no ritmo de queda das taxas, ou seja, de redução das mortes por homicídios entre branc@s. Já a linha relativa às pessoas negras, ela também sofre uma inflexão no ano de 2003. No entanto, a redução dos assassinatos entre pessoas negras não se mantém e volta a subir a partir de 2005.

Se lembrarmos que no ano de 2003 o governo brasileiro iniciou uma campanha nacional pelo desarmamento com o objetivo de reduzir as mortes, o gráfico permitirá ver que a estratégia de desarmamento adotada não foi adequada para proteger as vidas de mulheres e homens negr@s. Talvez o problema tenha sido a dificuldade de considerar as possíveis diferenças que existem entre as causas de vulnerabilidade entre negr@s e branc@s – principalmente no que diz respeito ao racismo e as formas como produz e reproduz diferentes formas de vulnerabilidade.

O resultado desta omissão, o gráfico demonstra, é cruel!

Outro aspecto que os dados permitem verificar refere-se ao impacto da escolaridade sobre a vulnerabilidade tanto de pessoas brancas quanto negras. Veja os dois gráficos a seguir:

Taxa ajustada de homicídios (100 mil hab.) em negros e brancos de 15 anos ou mais com 0 a 7 anos de estudos, Brasil, 2000 a 2008

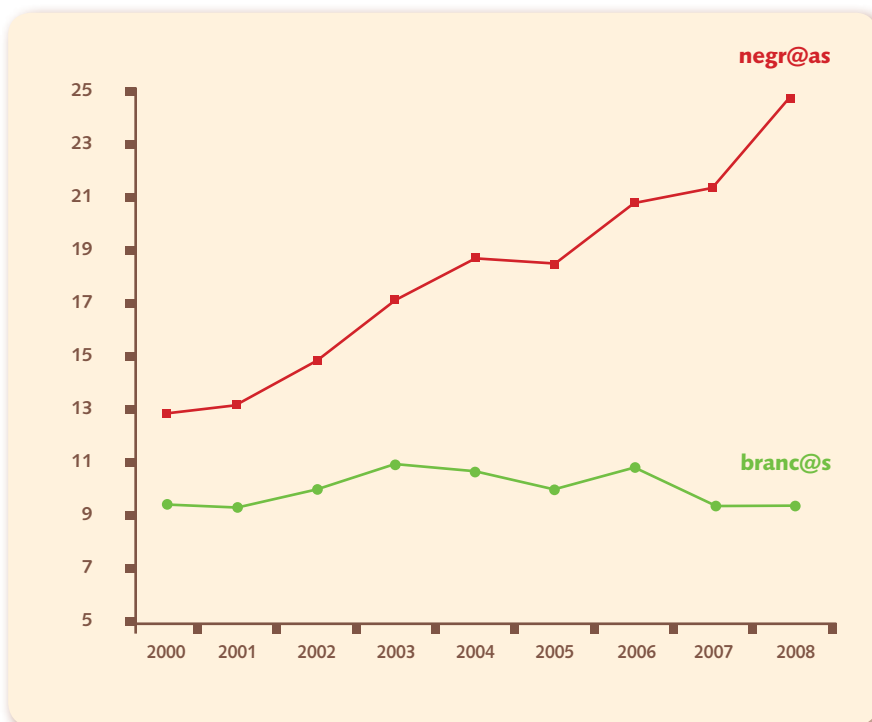


Fonte: SIM/SVS/MS, 2010.

Este gráfico aponta a evolução das taxas de homicídio no período de 2000 a 2007 entre branc@s e entre negr@s com baixa escolaridade, ou seja, com no máximo sete anos de estudo. Nele podemos verificar que as taxas relativas à população branca apresentam trajetória decrescente entre 2002 e 2007, com mudança de padrão após este período. Quanto à população negra, a trajetória ascende até 2003. A partir daí decresce (de modo menos intenso que em relação @s branc@s), mas volta a crescer a partir de 2007 de modo mais intenso do que em relação a branc@s.

É importante notar também os diferentes patamares de evolução de homicídios – a linha relativa a negr@s inicia-se dez pontos acima à linha relativa aos homicídios entre branc@s e se mantém mais alta, chegando a uma diferença de cerca de 30 pontos mais alta para negr@s em 2008.

Taxa ajustada de homicídios (100 mil hab.) em negros e brancos de 15 anos ou mais com 8 ou mais anos de estudos, Brasil, 2000 a 2008



Fonte: SIM/SVS/MS, 2010.

O gráfico acima informa a evolução de homicídios nos dois grupos populacionais entre 2000 e 2008, sendo que assinala somente pessoas com alta escolaridade (8 anos de estudo ou mais). Nele, verificamos que existem diferenças entre homicídios de branc@s e de negr@s: a linha que retrata os homicídios entre branc@s se inicia num patamar quatro pontos abaixo da linha de homicídios entre negr@s e se mantém nos mesmos patamares, com pequenas variações, ao longo dos anos. Já a linha que descreve a evolução de homicídios de pessoas negras além de iniciar-se em patamares mais altos, segue ao longo dos anos uma trajetória ascendente, atingindo, em 2008, patamar 16 pontos acima da taxa de homicídio de branc@s em 2008.

Se compararmos o gráfico 2 e o gráfico 3 veremos que a escolaridade faz diferença em relação à vulnerabilidade a homicídios. Isto possivelmente porque a escolaridade é um importante indicador da classe social, ou seja, quanto mais baixa a escolaridade, mais chances a pessoa tem de ser pobre. E, como vemos, a discriminação contra pobre e as péssimas condições de vida da maioria dos pobres parecem explicar as diferenças entre os homicídios, com patamares mais altos no gráfico 2 (de mais baixa escolaridade) nos dois grupos raciais. No entanto, os dois gráficos também indicam que, independentemente do grau de escolaridade ou da classe social, a diferença entre negr@s e branc@s continua, com piores condições para negr@s.

Racismo, preconceito, discriminação

Racismo é uma ideologia. Em vigor em várias partes do mundo há muito tempo, é uma visão de mundo que afeta as relações sociais, a cultura, a economia e a política, estabelecendo diferentes formas de dominação de populações, grupos, indivíduos, a partir da classificação - e hierarquização - das diferenças biológicas ou culturais entre seres humanos em **raças**.

Esta classificação hierárquica é feita por grupos que estão ou querem estar em posições de poder e privilégio. São eles que, utilizando critérios de seu interesse, definem quais características devem ser valorizadas como superiores – e “coincidentalmente” classificam suas próprias características como as melhores. Ao mesmo tempo, passam a ver outros grupos e suas características como piores ou inferiores.

Uma vez classificados como inferiores, os modos de vida, a aparência, a cultura dos grupos serão considerados como marcas desta inferioridade. A isto chamamos de **preconceito racial**. Ou seja, julgamentos baseados na ideologia racista, negativa e injusta.

É a ideologia, a visão de mundo, que cria o preconceito. Mas para que ele faça diferença na prática, na vida cotidiana, é preciso uma série de mecanismos que separem e inferiorizem as pessoas. São mecanismos presentes tanto no funcionamento do Estado e suas políticas públicas, quanto nas formas de convivência cotidiana, que produzem um tratamento desigual – oferecendo o pior tratamento para aquel@s a que o racismo define como inferiores. Chamamos a ação destes mecanismos de **discriminação racial**.

Perguntas que não queremos calar



Raça...
...existe
...não existe?

1• Raça é uma categoria biológica?

Não. Levou muito tempo para que a sociedade se conscientizasse de que não existem razões biológicas ou genéticas para classificar e hierarquizar os seres humanos em diferentes raças, apesar de noss@s mais velh@s afirmarem isto há muito tempo! Pois há muito tempo denunciávamos o absurdo do racismo e afirmávamos a impossibilidade de separar seres humanos a partir de seu sangue ou de sua aparência. Hoje, a biologia, a genética e a sociedade já sabem que este tipo de separação biológica é impossível, pois toda a humanidade é descendente do mesmo ancestral comum: uma mulher que viveu onde hoje é o continente africano 2,6 milhões de anos atrás. Hoje sabemos que as diferentes aparências humanas não são tão diferentes assim.

2• Raça é uma categoria política?

Sim. Ela foi criada como instrumento de concentração de poder e privilégios nas mãos de determinados grupos, que detinham o poder de classificar quem era superior (eles mesmos) e quem era inferior (todos os diferentes deles), utilizando características culturais, aparência física ou mesmo o critério impreciso de pureza de sangue (branco). A partir daí, os grupos autodenominados superiores passaram a controlar os meios de produção, as posições de poder político, a economia, com um suporte fundamental do poder de controlar as polícias e o poder de violência e morte do Estado.

3• Raça é uma categoria científica?

Sim. Pois podemos demonstrar sua operacionalidade e seus efeitos utilizando métodos científicos, especificamente no campo das ciências sociais e da ciência política. Mas você já deve ter ouvido aqueles que dizem que não é: este engano deve-se ao fato de algumas pessoas tentarem restringir a análise do conceito de raça às ciências biológicas, onde ele não tem significado algum. Sabemos que biologia não é a única ciência que existe!

4• O problema do Brasil é racismo ou pobreza?

Os dois. O racismo exclui pessoas e grupos, colocando barreiras em sua vida cotidiana e em seu acesso às diferentes oportunidades que a sociedade produz. Com isso, faz com que vivam cotidianamente restrições na esfera econômica e política, produzindo e aprofundando a pobreza. Portanto, não é coincidência vermos, no Brasil e em todas as partes do mundo, que os grupos vitimados pelo racismo são maioria entre pobres e miseráveis. Dizendo de outra forma, o racismo permite a concentração da riqueza nas mãos da população em posição de privilégio racial – em nosso caso, a branca, concentrando a pobreza entre negr@s, indígenas e outras populações não-brancas. Assim, racismo é um problema que produz ou piora outros problemas, entre eles a pobreza.

Note: alguns dados que informam as condições de vida da população negra são semelhantes aos dados que descrevem a situação da população pobre. Por exemplo: os dados de escolaridade, de saúde, de emprego, etc da população negra e da população pobre são parecidos. No entanto, se separarmos os dados das pessoas por faixa de renda e, a partir daí, separarmos em cada faixa negr@s e blanc@s, veremos que mesmo nas faixas de menor renda (os mais pobres), @s negr@s apresentam as piores condições, especialmente as mulheres negras.



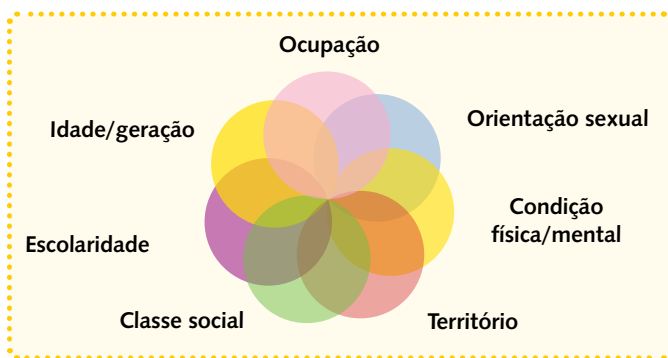
Racismo não é sempre igual

As pessoas são diferentes, os grupos são diferentes e vivenciam diferentes condições físicas, mentais, econômicas, de moradia, etc – portanto, serão diferentes as formas como o racismo impacta suas vidas. O resultado: pessoas e grupos com maior ou menor grau de exposição a tratamentos desiguais, com maior vulnerabilidade às exclusões e injustiças.

Responda rápido: o racismo atua da mesma forma sobre as duas pessoas abaixo?



Sabemos que a cor faz diferença na sociedade racista brasileira. Assim, a pessoa mais clara, a branca, terá vantagens materiais e simbólicas, além de maiores oportunidades na escola, no trabalho e em outros campos da vida social. Mas existem outros aspectos que, podem influenciar o acesso a vantagens ou desvantagens. É o que nos ensina o conceito de interseccionalidade:



O que a interseccionalidade nos ensina é que a vivência destes ou outros fatores nas sociedades marcadas por preconceitos e discriminações pode, a partir do racismo, alterar significativamente as condições de vida de mulheres, homens ou transexuais; homossexuais ou heterossexuais; idosos, crianças, jovens ou adult@s; residentes nas zonas urbanas ou nas áreas rurais; morador@s das periferias ou das áreas centrais; portador@s de deficiência ou não; com menor ou maior escolaridade, entre outras condições.

Assim, a forma como o racismo vai incidir sobre cada pessoa vai ser mais ou menos prejudicial segundo as diferentes identidades e condições em que vivem. O que significa dizer que, para enfrentar o racismo e suas consequências é preciso incluir medidas que permitam superar as outras desigualdades ou desvantagens que coexistem em sociedades desiguais.

Você já ouviu falar em racismo institucional?

É um conceito criado pelo movimento negro estadunidense na década de 60 para descrever como o racismo atua por dentro de instituições e governos. Dois importantes integrantes do grupo Panteras Negras assim o descreveram:

*“A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”.*³

Ou seja, racismo institucional quer dizer que, no cotidiano do funcionamento de instituições, suas formas de funcionamento não são adequadas para atender aos direitos e necessidades das pessoas e populações vitimadas pelo racismo. E mais, estas mesmas formas permitem a manutenção e mesmo, o aprofundamento, dos privilégios da população que controla o poder político, ou seja, o grupo racial dominante.

Racismo institucional não fala apenas de discriminações diretas, mas de escolhas que são feitas, prioridades que são eleitas, documentações que são exigidas da clientela, os locais onde serviços serão disponibilizados, etc, que tornarão mais ou menos facilitado o acesso das diferentes pessoas e populações às instituições e seus resultados.

Para compreendermos a abrangência do racismo institucional, é preciso destacar o que disse um pesquisador estadunidense:

*“Pessoas e organizações que se beneficiam do racismo institucional são refratárias a mudanças voluntárias do status quo.”*⁴

Ou seja: para enfrentarmos o racismo institucional são necessárias medidas enérgicas e profundas de educação e de bloqueio dos seus mecanismos de funcionamento.

3 Carmichael, S. e Hamilton, C. *Black power: the politics of liberation in America*. Nova Iorque: Vintage, 1967, p.4.

4 King, Gary. *Institutional Racism and the Medical/Health Complex: a conceptual analysis*, p.33.

Políticas públicas contra o racismo

Políticas públicas são iniciativas sustentadas pela sociedade que visam à redistribuição dos benefícios produzidos por todas e todos. Assim, a riqueza (material e imaterial) produzida deve ser repartida entre os diferentes grupos sociais de forma equitativa, visando melhorar sua qualidade de vida e também possibilitar a geração de mais riquezas materiais e simbólicas – e as políticas públicas devem ser uma forma democrática de distribuição destas riquezas por todas e todos.

As políticas públicas são também importantes instrumentos para correção das injustiças sociais. Uma vez que podem induzir e produzir profundas mudanças através da liderança, do exemplo e da ação constante e firme na redução de desigualdades, das discriminações e para a mudança ideológica.

Para que possam alcançar o objetivo de correção de injustiças e proporcionar igualdade, as políticas públicas devem contar com alguns elementos básicos. São eles:

Foco • Refere-se à definição objetiva do problema que se quer resolver ou da população que necessita beneficiar. É a partir desta definição de prioridade que ações, programas e metas são elaborados e desenvolvidos e cujos resultados devem acontecer primeiramente. Aqui, foco quer dizer também ação afirmativa. Ou seja: eleger beneficiários imediatos e, a partir de suas especificidades e necessidades, políticas universais e políticas dirigidas ou específicas serão desenvolvidas.

Políticas contra o racismo devem dirigir-se inicialmente para as populações diretamente atingidas – negr@s, indígenas, cigan@s e outr@s, buscando atender suas necessidades prioritariamente, como forma de diminuir ou extinguir as desigualdades raciais. Por outro lado, devem enfrentar também as causas das desigualdades – racismo, preconceitos, discriminações presentes nas instituições. Devem levar em conta as diferentes formas como o racismo age, influenciando ou alterando os modos de vida de negr@s, cigan@s, indígenas e demais grupos. Precisam produzir e divulgar dados sobre as desigualdades raciais em seus diferentes aspectos. E mobilizar os diferentes segmentos sociais para a mudança profunda que o enfrentamento ao racismo exige.

Inter (e intra) setorialidade • ou seja, envolver e articular diferentes setores e aspectos das políticas públicas. Desde nossa perspectiva, devem ser transversais, ou seja, atuar simultaneamente sobre diferentes aspectos do racismo e das vulnerabilidades que nos atingem, em benefício de cada grupo populacional e suas necessidades.

A presença do racismo institucional obriga a criação mecanismos consistentes e qualificados – ministérios, secretarias, coordenadorias, procedimentos, etc - com capacidade de liderar, articular diferentes setores e monitorar a execução do compromisso institucional (dos governos e organizações) de enfrentar o racismo.

Atenção: Diante da complexidade e amplitude das situações, é fundamental que negras e negros sejam interlocutor@s na formulação, na pactuação e no acompanhamento das políticas. A isto chamamos de participação e controle social, um direito garantido na Constituição brasileira.

Interseccionalidade • é ferramenta fundamental para análise das diferentes condições de vida e para a visibilização da diversidade, das diferentes necessidades e das potencialidades dos grupos e populações.

Políticas de enfrentamento ao racismo devem reconhecer as diferenças entre nós e as possibilidades delas serem, influenciadas pelo racismo, produzirem ou aumentarem desigualdades entre nós. É preciso conhecer e atender às diferentes necessidades, valorizando as diferentes capacidades e potencialidades, para que possam produzir soluções adequadas e específicas.

Curto, médio e longo prazos • é preciso planejar ações e estabelecer prazos para que seus resultados possam acontecer de forma sustentável, sem deixar de resolver necessidades emergenciais. O que significa reconhecer também que mudanças sociais que erradiquem injustiças e desigualdades requerem compromissos e ações que devem ser desenvolvidas em tempo maior do que a duração de cada governo.

Políticas contra o racismo devem, obrigatoriamente, apoiar-se em estruturas e mecanismos consistentes e potentes, que busquem garantir a perpetuação de suas ações no longo prazo. Tais mecanismos devem incluir, prioritariamente, o fortalecimento de mulheres e homens negr@s, indígenas, cigan@s e suas organizações – além de outros setores da sociedade civil comprometidos com os mesmos objetivos – para que garantam a continuidade dos compromissos e iniciativas e apresentem boas perspectivas e resultados, diante das mudanças periódicas ou intempestivas de gestão.

Orçamento • toda ação ou política pública utiliza recursos públicos para se desenvolver. Isto não quer dizer que cada nova política criada requeira dinheiro novo, ou seja, que se amplie a cobrança de impostos ou que se desloquem recursos de outras ações igualmente importantes. No caso das políticas para enfrentamento ao racismo, a disponibilização de recursos financeiros, materiais e o engajamento de profissionais qualificad@s devem ser colocados em primeiro plano. No caso das demais políticas que deverão ser influenciadas e alteradas para cumprir o objetivo de superação do racismo, mais do que dinheiro novo, o que necessitam é de utilização adequada e justa dos recursos existentes e redistribuição de suas prioridades de uso, para que não haja desperdícios ou desvios de finalidade.

Políticas para enfrentar o racismo requerem o direcionamento dos recursos para as necessidades e ações prioritárias à superação do racismo institucional, além de aumento dos investimentos para a melhoria da qualidade de vida das populações vitimadas, em especial, negr@s, indígenas e cigan@s. Assim, os recursos existentes nos diferentes setores e políticas que devem ser redirecionados e potencializados.

Decisão, Competência e Liderança

Enfrentar o racismo requer decisão. E (re)conhecimento da magnitude das transformações que serão necessárias. A sociedade brasileira vem reiterando esta decisão ao longo dos anos, o que pode ser visto através das leis promulgadas, das atitudes exigidas, das mensagens reiteradas. Cabe às pessoas em posição de poder e de gestão de políticas públicas assumirem esta decisão como obrigação.

A institucionalização da decisão implica a criação de organismos e mecanismos públicos para a execução desta tarefa. E requer que estes possuam poder e capacidade de indução, liderança e cobrança em relação aos demais organismos da administração pública nas diferentes esferas. Uma vez que esta capacidade será seu maior trunfo para o enfrentamento ao racismo institucional.

Políticas Universais, Políticas Focalizadas, Ação Afirmativa...

Políticas universais são aquelas destinadas a garantir patamares mínimos de qualidade de vida a toda a população. Elas visam atender aos direitos fundamentais prescritos pela constituição. No Brasil, saúde e educação fundamental são políticas universais definidas pela Constituição. No entanto, sua definição como universal não é suficiente para fazer com que cheguem a todos os grupos que têm direito a elas.

Políticas focalizadas são aquelas dirigidas a um determinado segmento social, de acordo com a necessidade expressa e reconhecida. No Brasil, a assistência social é um exemplo de política pública dirigida somente para a população que dela necessita.

Ação afirmativa, também chamada de discriminação positiva, é uma ferramenta utilizada para se alcançar igualdade entre indivíduos e grupos com realidades desiguais. Ou seja, propõe que se utilizem critérios e mecanismos diferentes para pessoas e grupos diferentes ou desiguais. Busca produzir equidade⁵. É uma forma de corrigir as desigualdades e fazer com que os direitos universais possam alcançar a todas e todos.

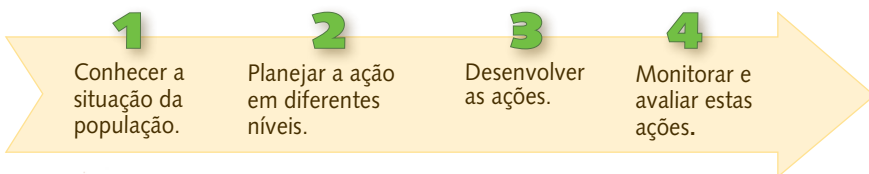
5 A natureza da equidade é a retificação da lei no que esta se revele insuficiente pelo seu caráter universal (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*).



Passo a passo:

Defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas para o enfrentamento do racismo.

Para enfrentar o racismo patriarcal, elaborar propostas, defender soluções e monitorar a implementação de políticas públicas que fortaleçam os diferentes seguimentos da população negra e demais populações vitimadas pelo racismo sugerimos alguns passos. São eles:



Primeiro passo: Conhecer as condições de vida da população negra

Este conhecimento envolve diferentes aspectos:

- Analisar os indicadores sociais da população negra e seus diferentes segmentos.
- Analisar os indicadores sociais da população negra do local: estado, cidade, bairro, etc.
- Conhecer e analisar as interseccionalidades - ver as diferenças, vantagens e desvantagens que possuem.
- Ouvir a opinião das pessoas negras dos diferentes segmentos sobre sua situação e as soluções que esperam e/ou já desenvolvem.

Dicas

Conheça as fontes de dados oficiais: as políticas públicas são criadas levando em consideração estes dados. Dados oficiais são aqueles produzidos por instituições governamentais ou estatais. As principais a nível nacional são o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministérios e secretarias de estados e municípios também têm seus órgãos de produção de dados.

Conheça os dados: entre eles, o tamanho da população a quem você dirige seu trabalho e aqueles que informam as suas condições de vida. São eles: educação, saúde, moradia, padrões de consumo, entre outros. É importante escolher quais dados são realmente necessários para sua ação: precisão e simplicidade são vantagens.

Analise séries históricas de indicadores: quer dizer, os dados de diferentes épocas. Eles podem ser mensais, anuais, por década ou da forma que você considerar necessária. Assim, você poderá avaliar se houve mudanças ou melhoras.

Faltam dados?

Quando falamos em informação sobre o racismo e seus efeitos, uma denúncia recorrente é sobre a ausência ou insuficiência de dados desagregados por cor, ou seja, que informem a diferença entre branc@s e negr@s principalmente. Esta ausência foi utilizada por longo tempo como estratégia para encobrir a desigualdade racial e apoiar a crença no mito da democracia racial. No entanto, na última década, cada vez mais se utiliza a variável cor no levantamento e análises de dados, fazendo com que tenhamos cada vez mais informações. Mas, se em alguns casos elas ainda não estiverem disponíveis, temos alguns caminhos a seguir:

- a•** Exigir a coleta e disponibilização urgente de dados segundo a raça/cor, com a realização de novas análises nas bases de dados ou de novas pesquisas.
- b•** Utilizar indicadores que podem servir como aproximação aos dados raciais. Em muitos casos, utilizamos a informação socioeconômica para nos aproximarmos da situação de negras e negros, uma vez que sabemos que esta população é a maioria entre pobres no país, nos estados e municípios. Assim, haveria uma proximidade ou semelhança entre os dados da população pobre e a população negra.
- c•** Se ainda assim faltarem informações, você poderá obtê-las junto às pessoas para quem sua ação se dirige e com profissionais e gestores que atuam ou atuaram na mesma região ou tema.

Conhecer a visão de negros e negras de diferentes segmentos é um momento essencial. Uma vez que, mesmo que você seja negra ou negro e viva os impactos do racismo, é preciso lembrar que ninguém é igual e as interseccionalidades ajudam a visibilizar as diferenças e desigualdades. Tod@s têm o mesmo direito a serem reconhecid@s e atendid@s – e a se expressarem. Estas informações também vão colaborar para a elaboração de soluções mais adequadas a cada pessoa e a cada grupo. Questionários, entrevistas, reuniões, conversas, são formas interessantes de obter mais informações.

2

Segundo passo: Conhecer as políticas públicas

- Fazer o levantamento das políticas públicas que existem e como são feitas no país, no estado, na cidade, no local.
- Conhecer os direitos que todas as pessoas têm; as leis, políticas, programas e ações que existem para impedir a ação do racismo; quais são cumpridos e quais são ignorados.
- Ouvir a opinião das pessoas negras sobre estas políticas e seus resultados.

3

Terceiro passo: Hora de analisar...

Com todas as informações à disposição, é hora de entendê-las, pensar sobre elas. Algumas perguntas podem ajudar. Suas respostas darão um diagnóstico básico sobre a situação da população negra e sobre a capacidade das políticas públicas em curso terem um resultado adequado. São elas:

Em relação aos dados

- Que dizem sobre as condições de vida de mulheres, homens ou transexuais negr@s? Há diferenças entre homossexuais ou heterossexuais do mesmo grupo racial? E entre idos@s, crianças, jovens ou adult@s?

- O que dizem sobre aquel@s residentes nas zonas urbanas o nas áreas rurais; moradores das periferias, das favelas ou das áreas centrais?
- O que dizem sobre pessoas com deficiência física e mental e aquel@s sem deficiência? E sobre as pessoas com menor ou maior escolaridade? E que outras condições ou diferenças são importantes?
- Os dados indicam boa qualidade de vida?
- Quais as boas notícias? Quais as carências?
- Existem diferenças e/ou desigualdades entre mulheres negras? E entre elas e os homens negros? Entre estes? Entre transexuais do mesmo grupo racial? Entre homossexuais?
- E em relação às pessoas de outros grupos raciais, alguma semelhança?
- Há alguma desigualdade injusta?

Em relação às políticas públicas

- Quando começaram?
- Quem é responsável por elas?
- Quais e quantos são os recursos envolvidos?
- Elas alcançam todas as pessoas que deveriam alcançar? Alcançam da mesma forma?
- Elas têm sido capazes de melhorar a vida dos diferentes segmentos de população negra? E de outros grupos vitimados pelo racismo?
- Elas podem melhorar? Como?
- Qual a opinião das pessoas negras sobre elas?

Em relação à população negra

- Qual sua visão de mundo e dos problemas que enfrentam, considerando os diferentes segmentos?
- Qual seu nível de participação política?
- Como participam – conselhos, reuniões, organizações, outros?
- Consideram suficientes seu conhecimento e entendimento das políticas públicas?
- Quais são suas relações com outros grupos e outras populações?
- Que soluções enxergam ou desenvolvem?
- Quais são as outras perguntas que você precisa fazer para ter um retrato mais adequado?

4

Quarto passo: Planejar as ações

- Defina o objetivo a atingir
- Escolha os meios, os caminhos para atingir o objetivo.
- Defina as parcerias com que precisa contar.
- Calcule quais recursos necessitará utilizar e suas fontes.
- Defina um cronograma, ou seja, organize as ações de acordo com o tempo que vai levar para realizá-las e para alcançar os resultados esperados.
- Defina as formas de avaliar se as ações estão se desenvolvendo conforme o esperado e de avaliar os resultados.

Para definir seus objetivos, sugerimos que você responda às seguintes perguntas:

- Qual o problema você quer ajudar a resolver?
- A solução deste problema contribui para mudar alguma coisa? O que?
- Qual aspecto ou perspectiva da ação ou política pública você considera importante melhorar, alterar ou suprimir?
- Quais são os outros grupos ou ativistas que atuam na mesma perspectiva?
- Como envolver pessoas e grupos de negr@s em todo o processo?
- Quais os canais de controle social disponíveis nesta área? Como participar deles?

A partir destas informações, pode ser útil traçar um plano que envolva diferentes aspectos ou objetivos, por exemplo: mobilização e inserção de mulheres negras nos processos de defesa de direitos; participação em instâncias de controle social; qualificação de gestor@s e trabalhador@s, etc.

Após a definição dos objetivos, é o momento de responder às seguintes questões:

- Como você vai atingir o objetivo definido?
- Quais os diferentes passos ou atividades você precisa fazer em cada momento desta ação? Não se esqueça de ser o mais detalhista possível.

- O que você vai precisar utilizar em cada um destes passos ou atividades?
- Que materiais? Quantas pessoas deverão trabalhar em cada momento?
- Quanto você calcula que vai custar cada momento? De onde virão os recursos?

É importante analisar os custos das ações de defesa de direitos, da mesma forma que se analisam os custos das políticas públicas. Uma vez que eles serão pagos – seja por recursos públicos provenientes dos impostos que pagamos; seja pelas próprias pessoas envolvidas, que realizem trabalhos voluntários.

Cronograma

Significa determinar o tempo de realização de cada atividade. E saber quanto tempo deve levar para atingir o objetivo proposto. Uma forma comum de elaborar o cronograma é fazer uma tabela contendo as atividades que deverão ser desenvolvidas e marcar, na tabela, o tempo segundo os meses, os trimestres, os anos – você escolhe. Veja o exemplo abaixo:

Objetivo: Aprovar projeto de lei de iniciativa popular que impeça instituições privadas que discriminem pessoas negras de ter acesso a recursos públicos

Atividades	Trimestre						
	1	2	3	4	5	6	7
Reunir pessoas interessadas em elaborar a proposta	X						
Criar a proposta preliminar		X					
Colocar a proposta preliminar em consulta pública		X					
Organizar a proposta final			X				
Fazer a divulgação e colher as assinaturas				X			
Encaminhar ao congresso nacional					X	X	
Garantir o voto parlamentar							X

Monitoramento e avaliação

Uma parte importante do planejamento é a definição de formas de verificar se as coisas estão sendo feitas como o planejado e se apresentam resultados esperados para cada fase prevista. Chamamos este processo de monitoramento e avaliação.

Para que o processo de monitoramento e avaliação produza os resultados esperados, ou seja, para detectar problemas ou dificuldades ainda em seu início, corrigí-los a tempo e evitar graves prejuízos ou desperdícios, é preciso estabelecer marcos, respostas ou realizações que devem ser obtidas em cada fase da ação – chamados de indicadores de processo; de modo a comprovar o bom andamento do trabalho e seus resultados parciais (indicadores de resultados). Vejamos o exemplo abaixo:

Objetivo: Aprovar projeto de lei de iniciativa popular que impeça instituições privadas que discriminem pessoas negras de ter acesso a recursos públicos

Atividades	Indicador de Processo	Indicador de Resultado
Reunir pessoas interessadas em elaborar a proposta	Número de convites entregues	Lista de presença na reunião
Criar a proposta preliminar	Número de reuniões do grupo de redação	Proposta preliminar pronta
Colocar a proposta preliminar em consulta pública	<ul style="list-style-type: none">• Cópias da proposta preliminar distribuída entre grupos envolvidos• Portal da internet apto a colher sugestões e alterações	Sugestões analisadas e sistematizadas
Organizar a proposta final	Número de reuniões do grupo de redação	Proposta final pronta

Depois de preparado o projeto, definido o cronograma, reunidos os recursos e insumos necessários, é o momento da ação.

Boa sorte. Bom trabalho. E conte conosco!



Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e, desde então, conduzida por mulheres negras. Criola define sua atuação com base em sua missão e visão institucionais, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal.

Missão • Instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para ações de combate ao racismo, ao sexismo e a lesbofobia e para a melhoria das condições de vida da população negra.

Visão • Visamos a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.

No processo de operação de sua missão, Criola elege grupos prioritários de atuação – grupos de mulheres ativistas; líderes de religiões de matriz africana; catadoras e domésticas; adolescentes e jovens. Com eles trabalha a geração de informação, pesquisa e conhecimento sobre o contexto em que se inserem as políticas públicas, e a qualificação dessas mulheres em mecanismos de diálogo e intervenção junto a gestores públicos. Por meio desses instrumentos favorece a atuação conjunta desses grupos de mulheres negras na luta política pela conquista de respeito, reconhecimento e transformação nos padrões de qualidade de vida.

Criola elege • Criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras • Produzir conhecimento qualificado por dados específicos sobre o contexto atual das questões de direitos • Formar lideranças negras aptas a elaborar suas agendas de demanda por políticas públicas e a conduzir processos de interlocução com gestores públicos • Incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.